



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
<u>DO DIA 28 DE JUNHO DE 2024</u>
ATA NÚMERO DEZOITO
Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão
Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas, sob a
presidência do seu Presidente, Senhor José Manuel Saraiva Cardoso, coadjuvado pelo Primeiro
Secretário, Miguel Neves Ramos e pela Segunda-Secretária, Inês Salvado de Carvalho, com a
seguinte ordem de trabalhos:
Ponto um: Apreciação, discussão e votação das atas n.ºs 15 de 03 de fevereiro de
2024, 16 de 25 de março de 2024 e 17 de 26 de abril de 2024
Ponto dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações
Ponto três: Período de Antes da Ordem do Dia
Ponto três, um: Intervenções dos Senhores Membros antes da Ordem do Dia
Ponto quatro: Período da Ordem do dia
Ponto quatro, um: Informação dos senhores Membros da Assembleia Municipal de
Manteigas eleitos para a representar em Comissões, Conselhos, Assembleia Intermunicipal e
outras entidades
Ponto quatro, dois: Conhecimento da comunicação de renúncia da senhora Membro
da Assembleia Municipal, senhora Daniela do Couto Sabugueiro
Ponto quatro, três: Ponto de situação da delegação de competências da Câmara
Municipal nas Juntas de Freguesia
Ponto três, quatro: Deliberação sobre a determinação da Taxa Municipal dos Direitos
de Passagem (TMDP) para 2025
Ponto quatro, cinco: Deliberação sobre a participação variável no IRS, referente aos
rendimentos respeitantes ao ano de 2025
Ponto quatro, seis: Deliberação sobre o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos
Urbanos (PAPERSU) para apreciação e submissão para aprovação final da Agência Portuguesa
do Ambiente (APA), após a emissão de pareceres por parte da Autoridade Regional de Resíduos
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e da Entidade
Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
Ponto quatro, sete: Deliberação sobre a Revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes
Opções do Plano para 2024
Ponto quatro, oito: Deliberação sobre a proposta – 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal
para o Ano de 2024, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º e alínea o), do n.º 1, do





artigo 25°, da Lei 75/2023, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5, do artigo 29°, da Lei n.
35/2024, de 20 de junho
Ponto quatro, nove: Deliberação sobre as Contas Consolidadas, referentes ao ano de
2023
Ponto quatro, dez: Deliberação sobre a proposta de Regulamento Intermunicipal dos
Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais dos Municípios de
Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal
Ponto três, onze: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em
minuta, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de
setembro, para produzir efeitos imediatos, desta sessão
Ponto cinco: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal
Ponto seis: Período de Intervenção do Público
Ponto seis, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não
tenham ficado esclarecidas
Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças, para além do
Senhor Presidente da Mesa, do Senhor Primeiro Secretário e da Senhora Segunda Secretária,
os Senhores Membros da Assembleia Municipal, Lúcia Fernandes de Almeida Paiva, Joaquim
Quaresma Domingos, Ana Sofia Martins Prata, Carla Alexandra Portugal Pires de Figueiredo,
Filipa Daniela Santos Registo, António Miguel Aldeia Carvalho, Flávio Saraiva Martins, Luís
Pedro Matos Soares, José Manuel Biscaia Matos, Rogério Sousa Batista, Andreia Filipa Lucas
Morais, Sara Albuquerque Ferreira, Flávia Patrícia Isento Grilo, José Manuel Craveiro Carvalho,
Carlos Manuel Figueiredo Viegas e Nuno Miguel Fernandes Gonçalves
Verificou-se a ausência dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, Albino
Saraiva Cardoso e Daniel António Quaresma Costa, que comunicaram, previamente, a
impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado a respetiva ausência e
pedido a devida substituição. Assim, foram convocados os Senhores Membros da Assembleia
Municipal, Lúcia Fernandes de Almeida Paiva e Ana Sofia Martins Prata. A Senhora MAM
Andreia Filipa Lucas Morais assumiu funções, no seguimento do pedido de renúncia
apresentado pela Senhora Daniela do Couto Sabugueiro
Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas,
Flávio Miguel Tacanho Massano, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Manteigas,
Sérgio Daniel Paiva Marcelo e os Senhores Vereadores, Tomé Isento Branco Lopes, Nuno
Manuel Matos Soares e David José Alexandre Leitão





A Senhora Vereadora Ângela Maria Luís Muxana comunicou previamente a sua ausência, falta
que foi considerada justificada. Assim foi convocado o Senhor Vereador David José Alexandre
Leitão, que compareceu
Cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa,
cumprimentou todos os presentes, declarou, oficialmente, aberta a presente sessão. Em
seguida, procedeu à leitura da ordem de trabalhos da presente reunião
PONTO 1
APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºS 15 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2024, 16 DE
25 DE MARÇO DE 2024 E 17 DE 26 DE ABRIL DE 2024
O Senhor Presidente da Mesa colocou à apreciação a ata n.º 15 de 03 de fevereiro de
2024, verificando não haver inscrições, colocou a ata n.º 15 de 03 de fevereiro de 2024 à
votação, tendo sido aprovada com doze votos a favor e três abstenções, não tendo
participado na votação três Membros da Assembleia Municipal, por não terem estado presentes
na sessão a que a ata respeita, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do
Procedimento Administrativo (CPA). A Senhora Segunda-Secretária da Mesa, a MAM Inês
Carvalho, não estava presente para exercer o seu direito de voto
Em seguida, colocou à apreciação a ata n.º 16 de 25 de março de 2024, verificando não haver
inscrições para intervir sobre a referida ata, colocou a ata n.º 16 de 25 de março de 2024 à
votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Nesta votação não
participaram dois Membros da Assembleia Municipal, por não terem estado presentes na sessão
a que a ata respeita, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do
Procedimento Administrativo (CPA). A Senhora Segunda-Secretária da Mesa, a MAM Inês
Carvalho, não estava presente para exercer o seu direito de voto
No seguimento do ponto em apreço, colocou à apreciação a ata n.º 17 de 26 de abril de 2024.
Verificando a intenção do Senhor MAM José Matos em intervir, concedeu-lhe a palavra
O Senhor MAM José Matos, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Em
nome da Bancada do GCE Manteigas 2030, assinalou que a ata n.º 17 foi remetida fora do prazo
legal de envio de documentos para a Assembleia Municipal. Face ao exposto, foi requerido que
a votação da ata supracitada fosse adiada para a próxima Assembleia Municipal,
O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta do GCE Manteigas 2030 de adiar
a votação da ata n.º 17 de 26 de abril para a próxima reunião do órgão deliberativo, tendo sido
aprovada por unanimidade
CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES





O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento das ausências e respetivas substituições dos Senhores MAM e da Senhora Vereadora Ângela Muxana, já avocadas na
presente ata
Apresentou uma nota de pesar, que leu e que em seguida se transcreve:
"Nota de Pesar
Dr. Manuel da Silva Carvalhinho
É com profunda tristeza e consternação que recebemos a notícia do falecimento de Manuel da
Silva Carvalhinho, estimado amigo e dedicado companheiro que exerceu com grande
competência os cargos de membro e de Presidente da Assembleia Municipal.
Manuel da Silva Carvalhinho foi um exemplo de dedicação e compromisso com a nossa
comunidade. A sua liderança, integridade e visão foram fundamentais para o progresso e bem-
estar de todos. Sempre pautado por valores de justiça e solidariedade, deixou um legado que
permanecerá em nossas memórias e em nossos corações
Neste momento de dor, estendemos as nossas mais sinceras condolências à sua Família,
Amigos e a todos os que tiveram o privilégio de conhecer e trabalhar com Manuel da Silva
Carvalhinho. Que encontrem conforto nas recordações de uma vida dedicada ao serviço público
e ao bem comum.
Descanse em paz, caro Manuel. A sua ausência será profundamente sentida, mas o seu
exemplo de amizade, de cidadania e humanidade continuará a inspirar-nos.
Com pesar e solidariedade,
José Manuel Cardoso
Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas"
(fim de citação)
A Assembleia Municipal de Manteigas subscreveu a referida Nota de Pesar
O Senhor Presidente da Mesa deu nota de que todo o expediente pertinente que foi
recebido pela Mesa da Assembleia, foi reencaminhado para os Senhores MAM e/ou colocado na
nuvem. Informou que no dia anterior tinha recibo um email da Senhora Sónia Karina Biscaia,
concessionária da Mostra Gastronómica de Sameiro, tendo reencaminhado o mesmo para o
Senhor Presidente da Câmara, a quem solicitou todo o empenhamento na resolução desta
situação
Não havendo mais informações a prestar deu o ponto como encerrado
PONTO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Período de Antes da Ordem do Dia
PONTO 3.1
INTERVENÇÕES DOS SENHORES MEMBROS ANTES DA ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Membros
da Assembleia Municipal que desejasse usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. Por
ordem de inscrição, concedeu a palavra à Senhora MAM Carla Portugal Figueiredo
A Senhora MAM Carla Portugal Figueiredo, no uso da palavra, apresentou os seus
cumprimentos a todos os presentes. Fez a leitura do Projeto de Resolução 160, que foi
apresentado pelos Senhores Deputados do PSD, Hugo Lopes Soares, Dulcineia Moura, Hugo
Oliveira e Almiro Moreira, que contemplou a recomendação de reflorestação do Parque Natural
da Serra da Estrela, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal e
aprovada por unanimidade na última reunião deste órgão deliberativo. Em seguida reproduz-se o
referido documento:

"PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 160/XVI/1.ªPLANO DE REFLORESTAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

Nos últimos anos, e por consequência do flagelo dos intensos incêndios, o Parque Natural da Serra da Estrela tem vindo a conhecer uma realidade sem precedente no que diz respeito à preservação da fauna e flora autóctones. Tal tem comprometido de forma dramática a biodiversidade desta área protegida e o bem-estar e a segurança das populações e do seu património.

O Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º40/2024, não assegura a merecida prioridade e a necessidade efetiva de concretização emergente de um plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, com o propósito claro e inequívoco de trabalhar a preservação desta área protegida, ao invés de aguardar por supostas regenerações naturais, que claramente persistem em não acontecer em determinados pontos desta vasta área.

Para além disso, através deste plano, mais do que a dependência exclusiva da regeneração natural, entende-se imperioso potenciar a substituição, sempre que assim se justifique, de espécies resinosas por folhosas mais resilientes a eventuais cenários de incêndio, procurando garantir a biodiversidade e a conjugação da floresta com outros usos tão úteis para a região e para as suas gentes, como a agricultura, a apicultura, a pastorícia, o pedestrianismo, entre outros.

Nesse sentido, o diálogo e o envolvimento com as entidades responsáveis pela garantia de um plano de reflorestação adequado à preservação da biodiversidade, à valorização dos





recursos endógenos, ao reconhecimento do potencial natural e paisagístico, à manutenção de práticas de cultivo e de pastoreio identitárias e ajustadas ao espaço, entre outros, são considerados determinantes para o eficiente alcance dos propósitos do plano de reflorestação, que tem necessariamente de estar sustentado no diálogo e na partilha, como também no conhecimento e na sustentabilidade.

Constata-se ainda que, através deste plano, será possível alcançar resultados de plantação que permitam corresponder aos efeitos das alterações climáticas, como sejam o aumento das temperaturas em altitude, que pode propiciar a plantação de espécies habituadas a cotas mais baixas.

Face ao exposto e dando cumprimento constitucional e regimental aplicável, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõem o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, o seguinte:

- Promover a rápida implementação de um plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, pelas entidades competentes, em estreita articulação com os municípios abrangidos na sua área da influência (Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia) e com as próprias comunidades locais, associações e entidades com competências e conhecimento relacionados com a reflorestação e com a área (entidades que podem, no seu todo, estar consubstanciadas na Comissão de Cogestão prevista na Lei n.º63/2023), antecipando as ações previstas no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE).
- Ainda diligenciar o cumprimento do artigo 3.º na Lei n.º 63/2023, que prevê a indicação de um(a) diretor(a) da área protegida do PNSE.

A presente resolução não inviabiliza, nem condiciona, de modo algum, os projetos e as iniciativas previstas no PRPNSE.

Palácio de São Bento, 19 de junho de 2024.Os Deputados do PSD: Hugo Soares—Dulcineia Catarina Moura—Hugo Patrício Oliveira—Almiro Moreira."

(fim de citação)

----- A Senhora MAM Sara Ferreira fez uso da palavra, saudou todos os presentes. No seguimento da requalificação do Largo da Liberdade e instalação de esplanadas, interpelou se está pensada alguma alternativa para reforçar os lugares de estacionamento na vila.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

recordou que, independentemente da continuidade ou não do funcionamento dessa instituição
de ensino, deve ser uma prioridade a conservação do património. Solicitou que o Senhor
Presidente da Câmara se pronunciasse sobre esta matéria
O Senhor MAM Luís Pedro Soares solicitou a palavra, cumprimentou todos os
presentes. Deixou uma proposta de recomendação à Câmara, que visa a aquisição da casa da
Latada e respetivo terreno, junto à Piscina Municipal, que permitiria o melhoramento e aumento
das instalações desse equipamento municipal
Questionou quando é que está previsto o início da ligação rodoviária de Manteigas à Estação de
Caminhos de Ferro em Belmonte e às freguesias rurais. No que respeita aos edifícios na Torre
que foram cedidos às Câmaras Municipais, questionou qual o ponto de situação e qual o fim a
que se destinam.
O Senhor MAM António Miguel Carvalho, no uso da palavra, apresentou os seus
cumprimentos a todos os presentes. Em seguida apresentou dois votos de saudação, tendo
adicitada que as magnesa faccasa salanadas à untaga danta funga della di
solicitado que os mesmos fossem colocados à votação deste órgão deliberativo, e que em

"Voto de Saudação

Abolição das portagens nas Ex- SCUT

Foi aprovada na Assembleia da República no passado dia 21 de junho de 2024 a proposta de abolição das portagens nas ex-SCUT apresentada pelo Partido Socialista.

Esta é uma grande conquista para Manteigas, para os cidadãos e para as empresas.

A eliminação destas taxas de portagem é uma medida justa e garante uma discriminação positiva justificada para promover equidade e coesão territorial, decisiva para o desenvolvimento do distrito da Guarda.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Manteigas que, reunida na sua Sessão Ordinária de 28 de junho de 2024, delibere:

- 1 Saudar a abolição das portagens nas ex-SCUT, aprovada na Assembleia da República no passado dia 21 de junho de 2024, na sequência da proposta apresentada pelo Partido Socialista.
- 2 Saudar todos os cidadãos e organizações que lutaram sempre para que esta eliminação acontecesse, fazendo desaparecer um custo de contexto que penaliza os distritos do Interior, que não têm alternativas de mobilidade, em segurança.
- 3 Enviar este voto à Assembleia da República."(Fim de citação)







"Voto de Saudação

Nomeação de António Costa para o Cargo de Presidente do Conselho Europeu

O Grupo da Assembleia Municipal do Partido Socialista de Manteigas, vem, por este meio, apresentar um voto de louvor ao ex-Primeiro-Ministro, António Costa, pela eleição como Presidente do Conselho Europeu na próxima legislatura.

De realçar que o nome de António Costa foi o único proposto para a presidência do órgão que representa os 27 Estados-membros, tendo conseguido uma maioria qualificada para ser aprovado.

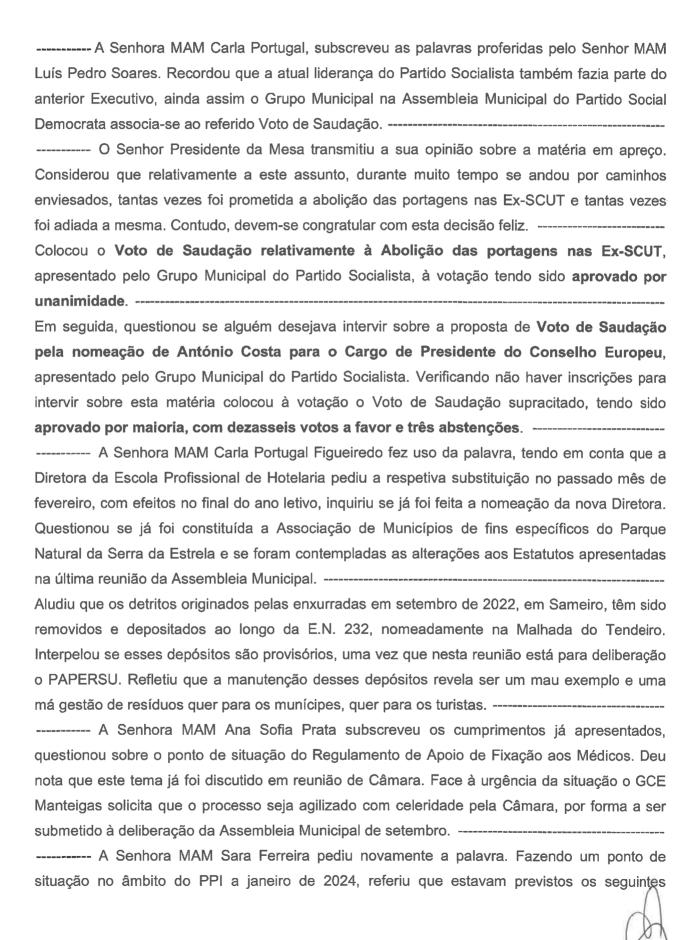
O seu trabalho no contexto pós-pandémico, nomeadamente na negociação do PRR, no desenvolvimento de políticas de recuperação económica sem recurso a austeridade e na criação de respostas sociais, foi reconhecido na Europa e é uma estratégia destas que pode contribuir para uma Europa solidária, próspera e humanista!

Assim, António Costa será o primeiro português e também o primeiro socialista no cargo desde que foi criado, no âmbito do Tratado de Lisboa, em 2009, e sucederá ao belga Charles Michel. António Costa tomará posse a 1 de dezembro.

Desta forma o Grupo da Assembleia Municipal do Partido Socialista de Manteigas, reunida na sessão ordinária de 28 de junho de 2024, delibere:

- 1. Saudar António Costa pela sua eleição como Presidente do Conselho Europeu.
- 2. Enviar a presente deliberação ao recém-eleito Presidente, António Costa.









investimentos: requalificação do Largo da Liberdade, no valor de novecentos mil euros (900.000,00€) a ser executada em 2024 e de seiscentos e quinze mil euros (615.00,00€) a ser executada nos anos seguintes; o Estrela Green UP no valor de um milhão e oitenta mil e um euros (1.081.000,00€); o Mercado de Montanha com o valor de um milhão e quarenta e cinco mil euros (1.045.000,00€); para o Parque da Relva da Reboleira estava previsto o montante de oitocentos mil euros (800.000,00€); o Parque de Lazer de Sameiro com a verba de oitocentos mil euros (800.000,00€); o Passeio do Zêzere tinha alocada a verba de quinhentos e cinquenta mil (550.000,00€); Manteigas Green Parque setecentos e cinquenta mil euros (750.000,00€), o que dá um total de cerca de seis milhões de euros (6.000.000,00€). -----Decorridos seis meses do ano de 2024 e tendo em conta que até à data a taxa de execução é de 5,2%, questionou o que se prevê executar até ao final do corrente ano. ----------- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, após apresentar os seus cumprimentos, respondeu às questões suscitadas pelos Senhores MAM.-----No que concerne ao projeto de Resolução da Assembleia da República apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, avocado pela Senhora MAM Carla Portugal Figueiredo, refletiu que la esperar pelo que esta Resolução podia trazer ao concelho e até poderia ser incorporada no Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Informou que está a ser tratada a substituição da Senhora Diretora da Escola Profissional de Hotelaria. ------Deu nota de que a Associação de Municípios do PNSE ainda não foi constituída, precisamente porque ainda estão a rever os Estatutos e a analisar os contributos que foram remetidos, quer por esta Assembleia Municipal, quer por outras. Assim que tenha mais informações sobre esta matéria, as mesmas serão prestadas em reunião de Câmara. -----No que respeita à gestão dos resíduos na Malhada do Tendeiro, informou que grande parte dos resíduos já foram retirados ou terraplanados; tratava-se de resíduos naturais, tais como terra, e troncos de árvores. Houve a intenção de adquirir esses terrenos, mas não se chegou a um consenso com os proprietários, que pretendiam um valor mais elevado do que aquele que foi proposto. Considerou que, neste momento, também não existe grande interesse na retirada desses resíduos, uma vez que já mal se percebem na paisagem. -----No que concerne às questões explanadas pela Senhora MAM Sara Ferreira, afirmou que de momento não há mais nenhuma alternativa prevista para os lugares de estacionamento, além daquela que já existe há anos, no parque de estacionamento da Câmara ou na Matufa. Informou que as esplanadas só vão estar a funcionar no verão. ------Deu nota de que no Orçamento Municipal para 2024 não está alocada qualquer verba para intervir na Escola de Hotelaria, ainda assim, são salvaguardadas as condições de



funcionamento. Recordou que voltou a abrir o aviso, em que o Município pode candidatar essa
instituição de ensino ao financiamento de duzentos mil euros (200.000,00€), juntamente com
mais cem mil euros (100.000,00€) do orçamento municipal, pode-se dar corpo a intervenções de
ordem energética
Quanto à recomendação apresentada pelo Senhor MAM Luís Pedro Soares, no sentido de a
Câmara adquirir a casa da Latada, assegurou que a autarquia já há muito tempo que está a
negociar essa aquisição
Relativamente à ligação do transporte flexível Manteigas - Belmonte, deu conhecimento de que
estão a finalizar os contratos com os taxistas, e assim que os contratos estejam assinados está
tudo pronto para se iniciar a referida ligação com passagem pelas freguesias
Deu nota de que não há nada pensado para os edifícios da Torre, uma vez que se chegou à
conclusão que não se pode fazer nada nesse local sem se rever o Plano de Ordenamento e
elaborar um Plano de Pormenor para a Torre, que está a ser desenhado entre a Câmara de
Manteigas, o ICNF, a Câmara da Covilhã e a Câmara de Seia. Neste momento estão na fase de
abertura do procedimento.
No que respeita ao Regulamento de Apoio de Fixação aos Médicos, a abertura do procedimento
foi aprovada pelo Órgão Executivo, neste momento está a ser analisado um Draft pelo gabinete
jurídico e foi também remetido para os Senhores Vereadores. Fez votos de que o mesmo possa
ser trazido à apreciação da Assembleia Municipal em setembro
Explanou que a Senhora MAM Sara Ferreira falou sobre o Plano Plurianual de Investimentos,
tratando-se de um plano para quatro anos, o que nele está previsto não é para executar só em
2024, logo a execução nunca poderia ser no valor de seis milhões de euros (6.000.000,00€),
mas no valor que estava orçamentado para 2024, para cada um dos projetos avocados
Informou que em breve será lançado o concurso da E.R. 338
O Senhor MAM Luís Pedro Soares, solicitou novamente a palavra, assinalou que no
que respeita ao BUPPI a candidatura da CIM terminou, estando esse serviço a ser assegurado
por um trabalhador da autarquia. Interpelou sobre o que pretende a Câmara fazer para sanar
esta situação, pois tratando-se de um concelho com uma população envelhecida, é necessário
prestar auxílio nessa matéria.
O Senhor Presidente da Câmara, explicou que quando o BUPPI abriu portas, recorreu-
se a um trabalhador da autarquia. Quando foi aprovado o financiamento da CIM, foram
contratados dois técnicos para o efeito, contudo o financiamento cessou e o Município teve de
dispensar um dos técnicos. Enquanto a CIM fez a candidatura ao PRR a autarquia assegurou
uma parte do vencimento da outra técnica, na expectativa de que o financiamento fosse

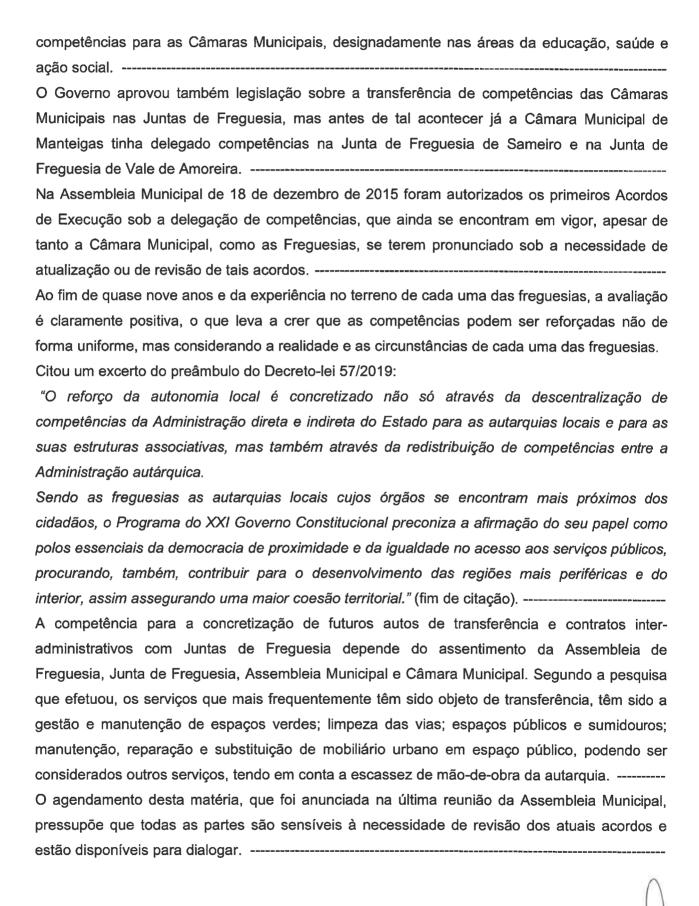




aprovado ate tevereiro de 2024, facto que so se verificou definitivamente na presente semana.
Neste momento a CIM terá de alocar a verba aprovada, pela CCDR, aos Municípios
Explanou que muito provavelmente à Câmara de Manteigas caberá a verba para contratar
novamente uma técnica para finalizar o projeto
O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir
neste ponto da ordem de trabalhos, deu-o como encerrado
Período da Ordem do Dia
PONTO 4.1
INFORMAÇÃO DOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS ELEITOS PARA A REPRESENTAR EM COMISSÕES, CONSELHOS, ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL E OUTRAS
ENTIDADES
O Senhor Presidente da Mesa questionou os Senhores MAM eleitos para representar este órgão nas entidades mencionadas em epígrafe, se tinham reunido desde a última Assembleia Municipal, verificando a intenção do Senhor MAM Nuno Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, em intervir concedeu-lhe a palavra
O Senhor MAM Nuno Gonçalves tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes.
Informou que esteve presente nas seguintes reuniões: do CLAS, onde foi aprovado o novo plano
de ação do CLDS; da Comissão de Acompanhamento das Intempéries; bem como na reunião de
Comissão Municipal Gestão Integrada de Fogos Rurais, onde foi aprovado o Plano Operacional
Municipal para 2024
A Senhora MAM Carla Portugal Figueiredo deu conhecimento de que não esteve presente na reunião do CLAS por motivos de saúde, tendo atempadamente informado a Câmara
Municipal desse facto
PONTO 4.2
CONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO DE RENÚNCIA DA SENHORA MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHORA DANIELA DO COUTO SABUGUEIRO.
O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da comunicação de renúncia da
Senhora MAM Daniela do Couto Sabugueiro, a quem deixou votos de muita saúde
PONTO DE SITUAÇÃO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS
DE FREGUESIA
O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, fez um enquadramento do assunto em
apreço. Explanou que nos últimos anos o Governo tem vindo a promover a transferência de











Solicitou a cada um dos Presidentes de Freguesia que apresente a sua visão sobre esta matéria
e as áreas em que entende que pode exercer novas competências, para que a Câmara
Municipal recolha toda a informação pertinente para análise, e quando entender conveniente
aprofundar o diálogo com cada uma das freguesias
Assegurou que o agendamento deste ponto não teve por objetivo impor um ultimato à Câmara,
ainda assim veria com muito agrado que este processo de revisão de competências ficasse
concluído até à aprovação do próximo Orçamento Municipal, pois caso contrário acabará por
transitar para o mandato seguinte
O Senhor MAM Carlos Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, no uso
da palavra apresentou os cumprimentos a todos os presentes. No que respeita à visão da Junta
de Freguesia de São Pedro sobre a delegação de competências, recordou que em março de
2022, aceitando uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, que manifestou vontade em
visitar as Freguesias de três em três meses, foi promovida uma visita à Freguesia de São Pedro,
tendo sido visitados os pontos que o Executivo da Junta de Freguesia a que preside considerou
serem mais críticos
No âmbito da delegação de competências apresentaram algumas sugestões sobre o que
poderia ser negociado, que é competência do Município e que poderia passar para a
competência da Junta de Freguesia de São Pedro, contudo até ao momento não obtiveram
qualquer resposta por parte da Câmara Municipal
O Senhor Presidente da Mesa solicitou que fosse dado conhecimento das propostas
mais relevantes que a Junta de Freguesia de São Pedro propôs à Câmara e se as mesmas
conduziam ao reforço das competências
O Senhor MAM Carlos Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro,
explanou que, num primeiro momento, tratando-se de uma negociação entre os Executivos da
Junta de Freguesia e do Município, como não houve qualquer desenvolvimento, e por isso
mesmo nem sequer foram dadas a conhecer à Assembleia de Freguesia, considerou não ser
pertinente fazer essa divulgação, contudo se o Senhor Presidente da Câmara não se importar
poderá indicar algumas dessas propostas, que poderão ir desde a limpeza de jardins, o
tratamento das linhas de água dentro do aglomerado populacional; o tratamento das bermas nas
estradas
No que respeita à delegação de competências e ao contrato de execução, fez alusão de que o
Senhor Presidente da Câmara tinha anunciado, aquando da discussão do Orçamento Municipal
para 2024, que la reforçar com um aumento de 10% de verba a Junta de Freguesia de São
Pedro, o que implicaria mais duzentos euros (200,00€) em cada uma das cinco tranches anuais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

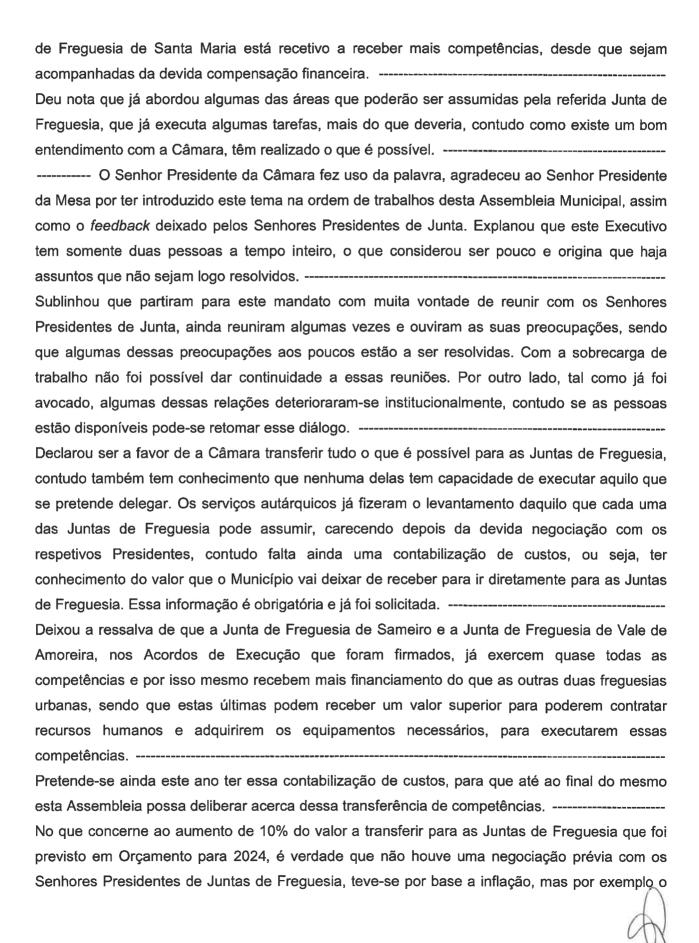
Efetivamente na tranche paga em janeiro verificou-se esse incremento de duzentos euros (200,00€), tendo sido pago o valor de dois mil e duzentos euros (2.200,00€), contudo em abril. para além de não ter sido pago o valor supracitado, ainda foi retirado o valor de duzentos euros (200,00€) que tinha sido pago em janeiro, ou seja, foi pago mil e oitocentos euros (1.800,00€). Neste seguimento solicitou esclarecimentos à autarquia, tendo sido informado pelo Tesoureiro do Município, que se limitou a cumprir a ordem de pagamento que tinha; mais tarde recebeu um email da Senhora Chefe da DAG a informar que la ser processada a correção do valor em falta. Deu nota de que a tranche do mês de junho já foi paga à Freguesia de São Pedro e não foi realizada a referida correção de valores. Em suma, até ao momento ainda não se verificou esse incremento de 10% no valor a transferir para a Junta de Freguesia de São Pedro. Solicitou esclarecimentos. ---------- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para explicar que quando é feita a inscrição no Orçamento de um aumento de verba para as Freguesias, obrigatoriamente tem de ser realizado um contrato inter-administrativo ou a revisão do protocolo; como isso não se verificou a transferência de duzentos euros (200,00€) realizada em janeiro é considerada uma infração financeira, logo teve de ser corrigida. ---------- O Senhor MAM Carlos Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, tomou novamente da palavra, explanou que por essa lógica, se no Orcamento foi previsto esse aumento de 10% deveria ter havido uma negociação prévia com as Juntas de Freguesia; a explicação que foi dada na altura é que se fez o cálculo com base na inflação a novembro de 2023, não tendo existido qualquer negociação prévia, nem mesmo à posteriori da aprovação do Orçamento para 2024, ficando esse aumento de 10% sem qualquer efeito até à data. ---------- O Senhor MAM Nuno Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreia, solicitou a palavra, tendo indicado que pretendia fazer uma crítica construtiva. Explanou que seria louvável descentralizar as reuniões, quer da parte do Executivo ir às Juntas de Freguesia, quer dos Presidentes de Junta virem à Câmara Municipal. Seria positivo retomar essas conversações. -----Fez alusão de que no Acordo de Execução firmado entre o Município de Manteigas e a Junta de Freguesia de Vale de Amoreira é referido: "O exercício das competências pela Junta de Freguesia não determina o aumento da despesa pública global, antes sim, promove o aumento da eficiência na gestão, nos ganhos da eficácia dos recursos por parte destas autarquias locais, concretizando também uma boa articulação entre o Município e a Freguesia." -----





No Acordo de Execução estão vinculados os deveres da Junta de Freguesia a que preside, nomeadamente gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes, tendo assinalado que nesta área a Junta de Freguesia de Vale de Amoreira está a fazer um excelente trabalho. ------No que concerne ao reforço das competências na Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. indicou que não se pode pronunciar, uma vez que ainda não houve qualquer negociação com a Câmara sobre esta matéria. Sublinhou que se verifica a necessidade de atualizar as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, uma vez que o custo com o pessoal também aumentou. assim como as restantes despesas, tal como já foi referido em anteriores reuniões. ----------- O Senhor MAM Miguel Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, fez uso da palavra, tendo saudado todos os presentes. Aludiu que a Junta de Freguesia de Sameiro sofre das mesmas necessidades e problemas que estão patentes nas restantes freguesias do concelho. Deu nota de que reuniu com o Senhor Presidente da Câmara em janeiro de 2022 sobre o Acordo de Execução, posteriormente em 2023, na reunião da Assembleia Municipal ocorrida em Sameiro, voltou a trazer esse assunto à discussão, tendo reiterado que há uma parte desse acordo que não está a ser cumprido pelo Município. -----Neste seguimento leu a alínea d) das Obrigações e Direitos do Município, que refere: "A Câmara Municipal cederá à Junta de Freguesia pelo período de vigência do presente Acordo, um Dumper Mustang mode 40D em devidas condições de utilização à data de entrega. Ficando por conta da Junta de Freguesia as respetivas despesas de manutenção". Deixou a ressalva de que este Acordo de Execução não foi assinado por si, nem pelo atual Presidente de Câmara, mas a verdade é que quando tomou posse esse veículo já não existia na Junta de Freguesia de Na sua opinião pode-se partir para a assunção de novas competências por parte da Junta de Freguesia de Sameiro, mas primeiro deve-se assegurar o cumprimento das que já estão definidas. Quanto ao reforço das competências, deu nota de que a Junta de Freguesia a que preside está disponível para ajudar o Município. ----------- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o referido Acordo de Execução foi assinado no mandato em que foi Vice-Presidente da Câmara, contudo no mandato seguinte o Dumper foi retirado por falta de equipamento e não foi substituído. -----------O Senhor MAM José Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Em nome da Junta de Freguesia a que preside, subscreveu todas as preocupações que foram manifestadas pelos restantes Presidentes de Juntas de Freguesia. Aludiu que tem sido um tema que tem abordado em todas as reuniões que tem tido com o Senhor Presidente da Câmara, sendo que o Executivo da Junta









Municipal de direitos de passagem, com o percentual de 0,25%, de acordo com a proposta
em consideração. Não havendo inscrições colocou à votação a proposta de cobrança da Taxa
O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava intervir sobre o assunto
(TMDP) PARA 2025
DELIBERAÇÃO SOBRE A DETERMINAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM
PONTO 4.4
menores custos e maior eficiência
as transferências de competências para os órgãos mais próximos das populações trazem
prioridade a este assunto, pois tal como ficou patente desta discussão, há um consenso de que
O Senhor Presidente da Mesa deixou a recomendação à Câmara no sentido de dar
acompanhada da devida compensação financeira
Nacional, se tinha defendido que deve haver a transferência de competências, mas sempre
Deu nota de que quando fez parte da direção distrital da ANAFRE e posteriormente do Conselho
haja a atualização anual do valor, se isso constar desse documento a situação está resolvida
Freguesia e posteriormente retirado, assinalou que os Acordos de Execução podem prever que
Junta de Freguesia de São Pedro, relativamente ao valor que foi transferido para essa Junta de
a eficiência naquilo que é executado. Quanto ao que foi referido pelo Senhor Presidente da
vantagem em serem realizados com as Juntas de Freguesia, pois reduzem os custos e aumenta
O Senhor MAM Luís Pedro Soares referiu que os Acordos de Execução têm toda a
palavra
apreço. Verificando a intenção do Senhor MAM Luís Pedro Soares em intervir, concedeu-lhe a
Membros da Assembleia Municipal pudessem manifestar a sua opinião sobre a matéria em
O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições para que os restantes
Orçamento do Estado a transferir as verbas para as Juntas de Freguesia
forma de transferir para as Juntas esse valor. Fez votos de que no próximo ano já seja o
Assinalou que o Orçamento vigora por um ano, portanto, no tempo que resta, encontrar-se-á
isso ainda não aconteceu, só o Orçamento Municipal por si só não vale para sanar esta situação.
concretizar esse aumento da verba têm de ser assinados novos Acordos de Execução; como
valor diretamente, contudo, tal como já foi esclarecido pelo Senhor Presidente da Mesa, para se
mesmo sido previsto em Orçamento. Explicou que se presumiu que se poderia transferir esse
Houve a boa intenção de aumentar o valor a transferir para as Juntas de Freguesia, tendo o
considerava ser pertinente para fazer face a essa inflação
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira comunicou à Câmara o valor que



formulada na informação n.º 1684/Proc.2024/350.100.660/16, datada de 10-05-2024 tendo
sido aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor
DELIBERAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, REFERENTE AOS RENDIMENTOS RESPEITANTES AO ANO DE 2025
desejassem intervir sobre o assunto em apreço. Verificando não haver inscrições, colocou a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à dedução máxima, correspondente a 5%, na participação variável do IRS, com efeitos na dedução à coleta
dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Manteigas à votação, tendo sido aprovada
por unanimidade, com dezanove votos a favor
DELIBERAÇÃO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (PAPERSU) PARA APRECIAÇÃO E SUBMISSÃO PARA APROVAÇÃO FINAL DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA), APÓS A EMISSÃO DE PARECERES POR PARTE DA AUTORIDADE REGIONAL DE RESÍDUOS — COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDRC) E DA ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS (ERSAR).
O Senhor Presidente da Câmara, a quem foi dada a palavra, recordou que esta
matéria já teve uma apresentação bastante completa em reunião de Câmara, como tal apenas ia fazer uma breve explanação sobre o referido assunto.
Salientou que se trata de um Plano obrigatório para os Municípios, sendo muito exigente. O
referido Plano determina uma série de eixos e ações, que vão obrigar a adotar um determinado
tipo de comportamento diferente daquele que tem vigorado. A título de exemplo, referiu que o tratamento dos resíduos sólidos vai ser realizado de outra forma, assim como o pagamento da
tonelagem dos resíduos. Neste seguimento tentar-se-á sensibilizar a população a adotar outros
comportamentos, de modo a evitar que tenham uma fatura pesada, assim como a autarquia
Explicou que para isso o Município compromete-se com um conjunto de investimentos, que
neste momento se desconhece como financiar, podendo eventualmente ser através do Fundo
Ambiental
Deu nota que Manteigas já há muito tempo que faz seleção dos biorresíduos de uma forma mais
tradicional, pois quem tem animais e quintais, utiliza os restos naturais e vegetais para esse
efeito





O Senhor Presidente da Mesa deu nota de que há o hábito no concelho de queimar os
sobrantes, por exemplo das podas, o que leva a que, em determinados dias, o ar seja quase
irrespirável. Interpelou se essa prática vai ser proibida
O Senhor Presidente da Câmara recordou que já deu nota publicamente que este é
um passo difícil que tem de ser dado. Há cerca de um ano o Fundo Ambiental lançou uma
candidatura para os Municípios poderem construir uma zona de compostagem para os sobrantes
dos jardins. A Câmara Municipal procurou um terreno que cumprisse as áreas que estavam
estipuladas e chegou-se à conclusão de que o financiamento não chegava sequer para adquirir
o terreno e executar esse projeto
Desconhece que a prática de queimar os sobrantes será proibida, aquilo que se fará é um
trabalho de sensibilização da população.
O Senhor MAM Carlos Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, referiu
que foi aberta uma "candidatura de intenção" pela CCDR, para que as Câmaras Municipais e/ou
as Juntas de Freguesia pudessem adquirir mini estilhaçadores, que podem ser levados aos
quintais dos munícipes para destroçarem esses sobrantes. Deu nota de que o objetivo é evitar
as queimas, com a vantagem de que esses restos possam servir de alimento para as terras
A Junta de Freguesia de São Pedro fez essa candidatura, estando a aguardar informação sobre
a verba que vai ser definida para o efeito, para decidir se compra apenas um ou mais
estilhaçadores. Desconhece se a candidatura ainda está aberta, ainda assim deixou a sugestão
à Câmara Municipal
O Senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para os Senhores MAM que
desejassem intervir sobre o assunto mencionado em epígrafe. Não havendo inscritos, colocou à
votação a submissão do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU)
para aprovação final da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), após a emissão de
pareceres por parte da Autoridade Regional de Resíduos - Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e da entidade Reguladora dos Serviços de
Águas e Resíduos (ERSAR), tendo sido aprovada por unanimidade, com dezanove votos a
favor
PONTO 4.7
DELIBERAÇÃO SOBRE A REVISÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
PARA 2024
O Senhor Presidente da Mesa explanou que a referida revisão orçamental visa
incorporar parte do saldo de gerência. Verifica-se um reforço das ações que já constavam do





Plano, tendo confessado que estava à espera de que esta revisão trouxesse novas ações, como por exemplo executar obras na Escola Profissional de Hotelaria ou a piscina de água guente. --------- O Senhor Presidente da Câmara explanou que tal não foi feito por uma questão realismo perante o Orçamento Municipal, tendo como foco os projetos que vão tentar executar até ao final ano, em vez de trazer novos projetos. -----Ainda assim, ressalvou que estão a tentar adquirir o terreno da Casa da Latada é com o intuito de construir uma piscina municipal que sirva a população o ano inteiro. ------------------Deu conhecimento de que terá de ser feita uma nova revisão orçamental para executar obras na Escola C+S, num valor estimado em quatro milhões de euros (4.000.000.00€). Explicou que nesta revisão orçamental se incorporou o saldo de gerência em rubricas que já estavam orcamentadas, retirou-se de duas rubricas fazendo os devidos ajustes necessários. ---------- O Senhor Presidente da Mesa avocou que fica a expectativa de que as ações focadas e outras possam ser incorporadas no próximo Orçamento Municipal. -----Verificando não haver inscritos para intervir no assunto mencionado em epígrafe, colocou a revisão n.º 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção. -------No momento da votação não estava presente o Senhor MAM António Miguel Carvalho para exercer o seu direito de voto. ----------- PONTO 4.8. ------DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA - 2º ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2024, NOS TERMOS DA ALÍNEA CCC), DO N.º 1, DO ARTIGO 33º E ALÍNEA O), DO N.º 1, DO ARTIGO 25°, DA LEI 75/2023, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O N.º 5, DO ARTIGO 29°, DA LEI N.º 35/2024, DE 20 DE JUNHO. ---------- O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve explanação sobre a matéria em apreço. Esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal tem por objetivo corrigir algumas posições que já consolidaram, ou que já foram preenchidas, prevê-se mais três postos de trabalho com recurso à contratação e mobilidade, na categoria de técnico superior para a candidatura ao CLDS. -----Explicou que como há um trabalhador do Município que preenche os requisitos exigidos, vai-se preencher essa vaga com o recurso à mobilidade do mesmo. A pessoa em questão está afeta ao serviço de Desporto, Juventude e Lazer. A autarquia tem feito uma série de contratações externas na área do Desporto, logo faz todo o sentido ter um técnico superior nessa área. ------





O Senhor MAM Rogério Batista, no uso da palavra, subscreveu os cumprimentos ja
apresentados. Apelou à população de Manteigas com habilitações para o efeito, que se
candidate a estes postos de trabalho
Recordou que já anteriormente tinha sublinhado a importância de o Município ter um técnico
superior em Desporto, uma vez que Manteigas se pretende afirmar a nível nacional como uma
potência no desporto
Explanou que não menosprezando ninguém, ainda assim, considera que há determinados
postos de trabalho que devem ser preenchidos por pessoas do concelho, por pessoas que
conhecem e sentem esta terra, que conhecem a cultura, a própria envolvência e a sociedade
O Senhor Presidente da Câmara partilhou do sentimento explanado pelo Senhor MAM
Rogério Batista. É realmente uma pena, havendo tantos jovens em Manteigas licenciados nas
áreas exigidas nesses concursos, se nenhum se candidatar. Sublinhou que vê estes
procedimentos como uma oportunidade de trazer pessoas a residir em Manteigas e se for um
conterrâneo ainda melhor, mas é algo em que não se pode interferir
O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta - 2ª Alteração ao Mapa de
Pessoal para o Ano de 2024, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º e alínea o),
do n.º 1, do artigo 25º, da Lei 75/2023, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5, do artigo
29°, da Lei n.º 35/2024, de 20 de junho à votação, tendo sido aprovada por maioria, com
dezoito votos a favor e uma abstenção.
PONTO 4.9
DELIBERAÇÃO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS, REFERENTES AO ANO DE 2023
O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra para
intervir sobre a matéria em apreço. Não havendo inscrições, colocou as Contas Consolidadas,
referentes ao ano de 2023 à votação, tendo sido aprovadas por maioria, com catorze votos
a favor e cinco abstenções
PONTO 4.10
DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERMUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOS MUNICÍPIOS DE
CELORICO DA BEIRA, GUARDA, MANTEIGAS E SABUGAL.
O Senhor Presidente da Mesa solicitou que o Senhor Presidente da Câmara fizesse
uma explanação sobre o assunto mencionado em epígrafe
Senhor Presidente da Câmara explanou que esta nova proposta de regulamento
sofreu, somente, pequenas correções a nível ortográfico ou introduções muito residuais, de resto
manteve-se igual ao que foi aprovado, sendo que já se conhece o seu conteúdo. Explicou que



este regulamento esta muito dentro da linha daquilo que sao os regulamentos preconizados pela
ERSAR, simplesmente foi adaptado à realidade do concelho
O Senhor MAM Luís Pedro Soares interpelou se já há acordo relativamente às
pessoas que vão compor o Conselho de Administração da APAL
O Senhor Presidente da Câmara explanou que não faz parte do Conselho de
Administração da APAL, que provisoriamente é constituído por três dos Presidentes de Câmara
que compõem esta entidade. Tem-se tentado consertar nomes para desempenharem essas
funções, contudo, têm sucessivamente sido reprovados em reunião do Órgão Executivo do
município da Guarda; por esse motivo, tem dado conhecimento dessa matéria à Câmara de
Manteigas, mas o assunto ainda não foi submetido a aprovação desse órgão autárquico
Deu nota de que há um manteiguense proposto para o Conselho de Administração
O Senhor Presidente da Mesa interpelou se alguém desejava usar da palavra sobre o
ponto em apreciação. Verificando não haver inscrições para intervir, colocou a proposta de
Regulamento Intermunicipal dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de
Águas Residuais dos Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal à
votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor e um voto contra
O Senhor MAM Luís Pedro Soares, no uso da palavra leu uma declaração de voto, que
em seguida se reproduz:
"Declaração de voto
Votei contra no ponto 4.10 da ordem do dia da sessão da Assembleia Municipal de Manteigas do
dia 28/06/2024, mantendo a minha coerência com todas as votações relativas a esta matéria
votadas na Assembleia Municipal.
Continuo a defender que esta associação dos 4 municípios apenas vai agravar o custo do
consumo de água no município de Manteigas.
Manteigas, 28/06/2024
O Membro da Assembleia Municipal,
Luís Pedro Matos Soares"
PONTO 4.11
APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, NOS
TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 3, DO ARTIGO 57°, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE
SETEMBRO, PARA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO





O Senhor Presidente da Mesa propôs que se aprovassem em minuta, para produção
de efeitos imediatos, as deliberações tomadas no ponto quatro, quatro; quatro, cinco; quatro
seis; quatro sete, quatro, oito; quatro, nove; e quatro, dez
Colocada à votação, foi a referida proposta aprovada por unanimidade
APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
O Senhor Presidente da Mesa referiu que o saldo de operações orçamentais é no
montante de cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil euros (5.334.000,00€); operações de
tesouraria no valor de cento e oitenta e dois mil euros (182.000,00€); as dívidas a entidades
credoras no montante de cento e vinte e quatro mil euros (124.000,00€). No que concerne à
execução orçamental assinala-se que a despesa corrente está em 35%, a receita está em 48%,
as despesas de capital têm uma percentagem muito baixa de 6%
Interpelou como é que até ao final do ano o Senhor Presidente vai conseguir recuperar a
percentagem da despesa de capital
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que tem de ser lançada a empreitada da
E.R. 338 e esperar que até dezembro se realize a execução de uma grande parte desse valor.
Por outro lado, tem de se finalizar o projeto da Praça da Vila, de modo a ser lançada a
empreitada e poder-se executar alguma percentagem do valor, no corrente ano. Tem de ser
celebrada a escritura do edifício da Oficina dos Direitos e executar cerca de duzentos e
cinquenta mil euros (250.000,00€). A par disso têm de ser executadas as obras em Sameiro,
Vale de Amoreira, assim como a rede viária, que foi adjudicada por cento e cinquenta mil euros
(150.000,00€) e que vai ser executada na totalidade este ano
Verifica-se ainda a conclusão da obra da Casa do Povo, assim como o pagamento de alguns
valores no âmbito da SOTAVE. Deu nota de que vai ser feita uma consulta prévia para
instalação de rails de segurança e sinalização vertical na estrada da Castanheira, o que envolve
o montante de mais de cem mil euros (100.000,00€) que serão executados na totalidade em
2024
Em suma, declarou que o Orçamento não será executado em 100%, contudo, considera que
este ano terá um dos maiores investimentos de capital dos últimos anos
Em termos de atividade mais relevante desde a última Assembleia Municipal, assinalou o projeto
para a Escola C+S, que mesmo não tendo tido financiamento do PRR, porque a escola de
Manteigas não estava mapeada e cujo critério de seleção foi a ordem de entrada das
candidaturas, ainda assim será financiada a 100% diretamente pelo Governo





O Plano de Revitalização da Serra da Estrela não teve desenvolvimentos, a respetiva
Associação não foi constituída até os municípios se reunirem com o Senhor Ministro, que
assegurou que aquilo que já estava definido pelo anterior Governo era para manter. Foram
iniciadas algumas candidaturas; foi entregue a candidatura ao novo programa de Promoção do
Sucesso Escolar; elaborou-se a candidatura do CLDS
Informou que o Projeto do Estrela Green Up tem os projetos das habitações praticamente
prontos; foram adjudicados os serviços de arquitetura paisagística relativos aos projetos Escola
da Floresta e Floresta Terapêutica
Informou que foi agendada uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais para
o dia 27 de julho
PONTO 6
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Não houve público inscrito a fim de intervir
PONTO 6.1
RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM
FICADO ESCLARECIDAS
Não tendo havido inscrições do público, deu-se este ponto por terminado
O Senhor Presidente da Mesa verificando não haver mais nada a tratar deu por
encerrada a sessão às dezassete horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro,
da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor
Presidente da Mesa da Assembleia e por mim Ana Catarina Rabaça
Pereira, Assistente Técnica, que a redigi
O Presidente da Mesa
José Maruel Saraiva Cardoso



LIVRO DE ATAS Nº 13 ATAS DO MANDATO 2021/2025

Pág. 508

